

O ensino politécnico à procura da sua identidade

REALIZOU-SE em Tróia, de 19 a 21 de Maio um encontro sobre o ensino politécnico, organizado pelo Instituto Politécnico de Setúbal e com o apoio financeiro da Secretaria de Estado do Ensino Superior e da Direcção-Geral do Ensino Superior.

Em causa a especificidade do ensino politécnico, a procura de uma via original de gestão e organização consentânea com os seus objectivos, a identificação de problemas e de soluções possíveis.

A clarificação do que constitui a especificidade do politécnico justifica-se tanto pelas indefinições que qualquer inovação em si mesma inevitavelmente comporta como pelas confusões que as que lhe são exteriores geram. Ainda na semana passada, *O Jornal*, relatando a ira dos estudantes dos institutos superiores de Engenharia contra a portaria ministerial que prevê a sua inserção no politécnico, afirmava: «Basicamente a portaria prevê que os ISE deixem de ser considerados estabelecimentos de ensino superior e passem a ter o mesmo estatuto das escolas politécnicas...»

Ora o ensino politécnico é ensino superior embora com características específicas que foram enumeradas em Tróia como sendo: a sua inserção regional e a sua contribuição para a modernização do País através da investigação aplicada e da abertura a novas áreas do saber e a novas tecnologias.

Todas as intervenções (quer as pronunciadas em nome da Universidade quer as feitas em nome do politécnico) insistiram na necessidade de salvaguardar níveis elevados de qualidade que justifiquem a inserção do politécnico no ensino superior, mas reconheceram também que tais níveis de qualidade não se conseguiram obrigando o politécnico a submeter-se aos padrões académicos vigentes na Universidade. Bem pelo contrario: se o politécnico não quiser ser uma «Universidade de segunda» e quiser agarrar a oportunidade de

constituir uma renovação do ensino superior, terá de encontrar formas próprias de gestão e organização internas, de colaboração com instituições e empresas locais, de acesso e promoção na carreira docente. De entre as opiniões expressas foi salientado que não deve o politécnico desperdiçar méritos e competências profissionais não sancionadas por diplomas académicos havendo que procurar soluções de certificação alternativas.

Espera-se que o encontro de Tróia, reunindo individualidades do Ministério da Educação e de comissões instaladoras dos institutos de ensino superior politécnico e das escolas superiores de tecnologia, arte e educação, tenha contribuído para remover entraves burocráticos e para clarificar as adaptações necessárias ao lançamento de uma inovação desta envergadura.

Para além das recomendações formuladas que se seguem, as comissões instaladoras das escolas superiores de educação presentes (Coimbra, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Setúbal, Vila Real e Viseu) acordaram na necessidade de uma reunião a realizar muito proximamente sobre as definições necessárias ao lançamento de formação inicial de professores nestas escolas.

A.M.B. e M.E.B.S.

Recomendações

No decurso das comunicações e dos debates em que se analisaram o progresso e a evolução da instalação da rede de estabelecimentos do ensino politécnico e se discutiram os principais problemas de que se reveste a sua implementação, resultou um conjunto de conclusões e/ou recomendações gerais que foram lidas pelo presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, professor Braço Forte:

— O ensino politécnico constitui um subsistema individualizado do ensino superior, assegurando uma

formação de qualidade, diferenciada da formação universitária.

— O nível de exigência para o acesso ao ensino politécnico deve ser idêntico ao do ensino universitário, privilegiando-se no ingresso a componente regional e, nos casos em que se aplique, a formação técnico-profissional específica.

— É urgente corrigir as situações contraditórias que a actual legislação apresenta.

— Devem criar-se mecanismos de articulação regional agrupando as instituições de formação de professores e órgãos regionais do MEC.

— O ensino superior politécnico tem o seu papel próprio de apoio à comunidade não devendo constituir uma interface entre esta e a Universidade.

— Continua a verificar-se a necessidade de criação de mecanismos de fixação de docentes do ensino superior politécnico em zonas menos desenvolvidas.

— É necessário considerar alternativas de acesso à docência, com base na apreciação do *curriculum* profissional em termos qualitativos, no sentido de viabilizar o arranque de todas as escolas que constituem a rede do ensino politécnico.

— Deve ser garantida uma mais correcta articulação entre os estatutos das carreiras docentes universitárias e politécnicas.

— Os órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino politécnico, em regular funcionamento, devem ser democraticamente eleitos.

— A gestão dos estabelecimentos de ensino politécnico deve ser personalizada e responsabilizada.

— A estrutura de gestão dos estabelecimentos de ensino politécnico deve ser flexível e adaptável às especificidades de cada instituto, contemplando o número de escolas, sua dimensão e dispersão geográfica.

— É necessário melhorar os canais de informação e garantir um apoio mais eficaz, por parte do MEC, às instituições de ensino politécnico, nomeadamente nos as-

pectos relacionados com financiamentos da Comunidade Europeia.

— A formação de professores para o ensino politécnico tem de ser específica, exigindo um planeamento extremamente cuidado, até porque não tradicional. Esta formação é considerada primeira prioridade para o arranque das escolas do ensino politécnico, sendo imprescindível garantir, por parte das entidades competentes, o seu adequado financiamento.

— A investigação aplicada e de desenvolvimento tecnológico imprescindível a uma correcta prestação de serviços à comunidade lerá de ser tão real quando o é essa prestação de serviços, definidora do próprio ensino politécnico.

— O reconhecimento e creditação de conhecimentos e competências é uma dimensão essencial da especificidade de todas as componentes do politécnico na sua relação com a comunidade.

Das reuniões específicas que decorreram em separado e em que escolas do mesmo tipo trocaram experiências e debateram e analisaram problemas concretos, resultaram as recomendações de que se transcrevem algumas.

Das escolas superiores de Artes:

— Garantia progressiva de que o fluxo natural dos seus candidatos provenha do sistema geral de ensino, onde as expressões artísticas devem ter lugar em todos os níveis, quer pelo seu valor educacional e formativo quer enquanto *avant-garde* e profissionalizantes.

— Atribuição, às escolas superiores de Artes, de um papel decisivo na formação de docentes para o ensino básico específico, secundário unificado e complementar.

— Prolongamento dos cursos básicos de nível de bacharelato, num ciclo complementar, que contemple estudos aprofundados de especialização e investigação e assegure a formação de futuros do-

centes para várias áreas de expressão artística, com a mesma categoria dos diplomados, noutros ramos, pela Universidade.

— Validação dos requisitos que permitam o ingresso e progressão na carreira docente não podendo continuar-se aos critérios até à data considerados academicamente válidos.

— Reiteração, por parte das Escolas de Artes do Espectáculo do Instituto Politécnico de Lisboa, do desejo de procurar uma solução de instalações que as contemplem em comum, por razões artísticas, pedagógicas e económicas.

Recomendações finais das escolas superiores de educação

Formação inicial:

— Necessidade de definir urgentemente: um diploma legal que estabeleça condições de autonomia e uniformização quanto a *organização curricular e condições de acesso* para os cursos de formação inicial, de modo a permitir o arranque de formação inicial em Outubro de 1986 nas escolas que tiveram condições para isso.

— No sentido de contribuir para esta definição, foi proposto à Direcção-Geral do Ensino Superior a organização de um encontro.

Formação contínua:

— A importância da formação contínua e da investigação pedagógica como componentes essenciais das ESE.

— A necessidade de valorizar a formação contínua como factor de progressão na carreira docente e de garantir a igualdade de acesso às actividades da formação contínua de todos os professores.

— A necessidade de rentabilizar todos os recursos existentes em cada região através de redes de formação contínua em que as ESE sejam uma componente essencial.

— A importância de desenvolver as actividades de formação contínua dirigidas a outros agentes educativos e comunitários, tais como educadores de adultos, agentes de desenvolvimento local, animadores socioculturais, etc.

— A necessidade de coordenação e de uma resposta rápida aos problemas das escolas.

Formação em exercício:

— Necessidade de o Ministério da Educação e Cultura cumprir os prazos anunciados para o começo do próximo ano lectivo.

— Necessidade de o Ministério da Educação e Cultura estudar a possibilidade de regulamentar formas de concentração dos formados num menor número de escolas.

Das escolas superiores técnicas

— A criação de novas escolas técnicas deve ser precedida de estudos de viabilização que tenham em consideração as actividades económicas regionais, os recursos naturais, humanos e existentes e as necessidades de desenvolvimento da região.

— As escolas técnicas devem constituir um factor de desenvolvimento regional, apresentando flexibilidade que lhes permita uma rápida adaptação ao mundo do trabalho.

— A experiência profissional deve ser um factor relevante de progressão na carreira docente politécnica.

— Os diplomas das escolas técnicas devem ter uma formação que lhes dê capacidade competitiva no mercado de trabalho.

— Devem estudar-se os mecanismos que possibilitem a equivalência, dos diplomas concedidos pelas escolas técnicas portuguesas, a diplomas estrangeiros, nomeadamente de países da CEE.

Ensino Politécnico
Inst. Pol. Setúbal